

VISÕES SOBRE O ATLÂNTICO SUL E A PRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL NA ANTÁRTIDA

Cláudio de Carvalho Silveira¹

Este trabalho é um relato de parte do pensamento político-estratégico forjado nas últimas décadas na Marinha do Brasil (MB), através do tratamento de algumas questões abordadas pelos oficiais-alunos do Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN). Estas produções também exemplificam uma tendência relacionada à necessidade da formação de oficiais que estejam mais preparados para adotar funções mais intelectualizadas no âmbito político-estratégico, diplomático e gerencial, de acordo com as necessidades do planejamento naval brasileiro. A contribuição do C-PEM à formulação do pensamento político-estratégico naval está baseada nas monografias ostensivas arquivadas na Biblioteca da EGN, após um processo interno de avaliação e triagem. Deste modo, estes escritos são considerados significativos para entender como os oficiais dos altos escalões pensam / a inserção da MB no Brasil e no Mundo. Não é demasiado lembrar que as monografias são ostensivas e possuem alguma legitimidade na corporação, pois são escolhidos pelos chefes navais dentre a produção geral do C-PEM, embora não reflitam, necessariamente, a posição da MB sobre o tema.

O texto é também uma apresentação das razões da presença da Marinha do Brasil (MB) na Antártida nas últimas décadas do século XX, a fim de atender aos interesses nacionais na região Além da parte integrante da tese de doutorado, registramos aqui as impressões de alguns analistas navais argentinos membros da Armada Argentina (ARA), que estão compiladas pelo *Instituto de Publicaciones Navales*, em Buenos Aires. Tal fato se justifica a partir da construção de um contexto de cooperação entre o Brasil e a Argentina através da elaboração de tratados, da instalação do Mercosul e da criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZPCAS), pela ONU.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Program de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A MB e a ARA se reúnem em exercícios militares conjuntos e mantêm intercâmbio de treinamento e manutenção de atividades técnico-operacionais em vários níveis, inclusive na instalação da estação de pesquisa brasileira no território antártico.

Os argumentos aqui expressos foram produzidos antes da descoberta de petróleo na camada Pré-Sal, anunciada em 2006 e da tragédia na base brasileira na Antártica em, 2012. Porém, eles continuam úteis para avaliar como nas últimas décadas, em nosso país e seus vizinhos, tem-se criado uma compreensão da importância estratégica do oceano que banha seus domínios.

O Atlântico Sul e os Interesses Brasileiros

A Convenção da Jamaica, feita em 1982, na III Conferência Sobre os Direitos no Mar é um documento fundamental elaborado pela comunidade internacional, embora tenha demorado cerca de nove anos para ser concluído. Além de outros cento e vinte e sete países, o Brasil é signatário deste, que estabelece o direito e o uso do mar no sistema internacional, segundo as determinações da ONU. O quadro mundial apresentou um grande aumento, cerca de 80%, no transporte marítimo de mercadorias, fazendo aumentar a importância do mar. Ele é também importante pelos recursos minerais, (sobretudo petróleo e os nódulos polimetálicos) e como fonte de energia das marés e de alimentos. Para garantir seus interesses, o Brasil estabeleceu uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 180 milhas e o limite do mar territorial de 12 milhas, perfazendo um total de quase 200 milhas (Azevedo, 1985) de acordo com os limites da Convenção. Entretanto, para o comandante Azevedo, o Atlântico Sul representa um pouco mais para o Brasil do que a exploração de seus recursos econômicos e energéticos. Ele é um palco de realização de possíveis cenários relacionados à estratégia de cooperação ou de confronto no relacionamento do país com os demais, pertencentes ou não às águas desta porção do Atlântico.

Ao trabalhar com uma ou outra hipótese, faz-se necessário a constituição de um Poder Naval preparado e a manutenção de uma consciência marítima pela nação brasileira, segundo o coronel Danilo Pedro Piastro (1991). Deste modo, o Atlântico Sul é entendido como

“espaço vital” para o Brasil. Em caso de conflito, o Poder Naval poderá ser aplicado para a proteção do tráfego marítimo internacional. A importância destas águas aumentou após as limitações impostas ao Canal de Suez e ao Canal do Panamá, e poderá ser maior ainda com o Mercosul e a multipolarização mundial, aumentando o comércio por via marítima. Isto possibilitará o crescimento do nosso Poder Marítimo e, neste caso, o aumento do nosso Poder Naval não pode ser descartado. Se o país tem pretensões de se inserir no Primeiro Mundo, ele poderá contrariar alguns interesses estabelecidos no cenário mundial. Como a ordem jurídica internacional não possui decisão de mando e os instrumentos são tênues, o Brasil pode ser envolvido em algum tipo de conflito que levará a uma dada participação militar. Assim, as FFAA estarão sempre presentes, seguindo o previsto na Estratégia Militar de Guerra e na Estrutura Naval de Guerra. As possibilidades de que tal conflito ocorra, certamente diminuiriam com o ocaso da Guerra Fria, mas o conflito Leste-Oeste poderia recrudescer em algum momento, envolvendo o Atlântico Sul nas suas regiões de águas profundas e na sua ocupação por mísseis balísticos. Outro fator gerador de incertezas tem a ver com o crescimento do conflito Norte-Sul, que faz aumentar os interesses das potências mundiais na região. Aqui, o Brasil precisa estar preparado para manter os seus interesses, não descartando o uso da força militar. No âmbito regional, apesar da manutenção da estabilidade geral, algum tipo de contenda territorial ou a instabilidade em alguns países, poderão exigir a participação militar brasileira. As pressões provenientes do Primeiro Mundo, mais o preparo do Poder Naval brasileiro devem ser considerados, para o coronel Piastro, assim como foi afirmado antes pelo almirante Flores: “O nosso preparo naval deve conferir prioridade à defesa da fronteira marítima e do tráfego marítimo em águas próximas, admitindo-se que apenas parte da fronteira marítima com suas águas adjacentes constituiria teatro ativo. A defesa próxima fundamenta-se no controle de áreas marítimas por aviões de esclarecimento e ataque baseados em terra (áreas extensas), navios-escolta, submarinos e minagem defensiva (defesa local de pontos selecionados)”. (Piastro,1991).

Uma problematização maior do Atlântico Sul no contexto da ordem internacional foi feita pelo capitão-de-mar-e-guerra Carlos Alberto Briggs Vasconcellos (1992). As características de um mundo multipolar constroem um novo equilíbrio de poder, conforme Piastro, mas o capitão faz uma recorrência histórica mais ampla sobre o Atlântico Sul em geral e o Brasil em particular, com a finalidade de perceber melhor os "óbices esperados" elaborar uma estratégia adequada para contrapô-los. Os antecedentes históricos mencionados são as bases da "velha ordem", fundada ainda em Westfália, em 1648. A "nova ordem" surgiu em 1989 com a drástica alteração da situação vigente na queda do Muro de Berlim e seus desdobramentos: o fim do Pacto de Varsóvia, a democratização do Leste Europeu e a consolidação da Comunidade Econômica Europeia depois denominada de União Europeia. Isto fez com que os EUA, a Alemanha e o Japão assumissem a liderança nos seus respectivos continentes, disputando poder e influência nas demais áreas do planeta, mantendo a situação multipolar, conforme definida por alguns analistas, assim como o vice-almirante Armando Vidigal. No âmbito das relações Norte-Sul o cenário é mais complicado e sombrio, com as perspectivas de relações de força cada vez mais acentuadas em favor do Norte. A Guerra do Golfo exemplificou o amparo político e ideológico que faltava na ordem vigente, institucionalizando o dever de ingerência e o "apartheid" ideológico. Baseando-se na análise de Jean Cristopher Rufin, ele aponta a existência dos "novos bárbaros" do Sul segundo a ótica do Norte. A nova ordem terá como problema vital, não mais a afirmação da soberania ou a destruição de uma ideologia rival, mas a administração da interdependência entre os países. A diluição do conceito de soberania vem para facilitar a formação dos blocos econômicos e as organizações de defesa coletiva, levando a pressões de toda sorte sobre o III Mundo na resolução dos problemas internacionais de acordo com os interesses das grandes potências, tais como as drogas, os direitos humanos, a proliferação nuclear, o terrorismo e a poluição ambiental. A nova ordem tem se consolidado também com a ação de ONGs, de grupos como a Anistia Internacional e dos organismos internacionais como o GATT (atual OMC-Organização Mundial do Comércio), Banco Mundial e outros.

As implicações da “nova ordem” para o cenário do Atlântico Sul são apresentadas pelo capitão Vasconcelos com base nas reflexões do almirante Ibsem Câmara, do vice-almirante Vidigal, de Hélio Jaguaribe e de Roberto Campos. Para Ibsem Câmara, dos anos 80 até o final do século XX, seriam esboçadas com nitidez, as perspectivas do distanciamento entre os países ricos e os países pobres dado que aumentaria a crise energética, a explosão demográfica e a desordem econômica. O advento da “nova ordem” antecipou esta situação prevista; cada vez mais existe o distanciamento entre ambos os conjuntos de países, agravado com o protecionismo, o endividamento, a competição ideológica etc. A visão de Hélio Jaguaribe tem validade para Vasconcelos por causa de sua análise, que contempla a situação de “assimetria estrutural” entre os países desenvolvidos do Norte e os subdesenvolvidos do Sul. Esta assimetria está consignada no “garrote econômico” realizado pelo sistema financeiro internacional, pelo FMI e pelo GATT. No caso do vice-almirante Armando Vidigal enfatizou o “apartheid tecnológico”, por causa do não acesso às tecnologias sensíveis do Primeiro Mundo, sobretudo para fins militares. Isto configura a situação representativa do neoliberalismo baseado na dependência tecnológica. O economista Roberto Campos é considerado por Vasconcelos ao afirmar que a administração da interdependência é o problema vital da “nova ordem”, onde deve passar a vigorar um conceito de soberania relativa, conforme foi dito em Maastrich por Mitterrand no ano de 1991. Em suma, para Vasconcelos, dentre os postulados da “nova ordem”, a sugestão da redução de soberania reforça o princípio do dever de ingerência e ressuscita o intervencionismo colonial do século XIX, caracterizando um tipo de “política de canhoneiras do século XXI”. O tráfico e o consumo de drogas é um dos temas que melhor exemplificam a relação entre os ricos e os pobres. No caso do Atlântico Sul, isto ainda não assumiu contornos transnacionais porque os principais produtores não se encontram nesta área do continente americano e africano. Mas, a preocupação persiste em função das diretrizes estabelecidas no Norte para acabar com a produção e a lavagem de dinheiro, muito mais quando o aparato policial dos países produtores de droga é insuficiente para dar cabo de tal tarefa. Isto leva às pressões para

que as FFAA sejam utilizadas juntamente com o auxílio “técnico” de pessoal estrangeiro, podendo evoluir para a intervenção militar. Outro tema importante para este oficial no cenário do Atlântico Sul tem a ver com o meio-ambiente. Ele reveste-se de importância fundamental por causa da conservação das florestas tropicais, uma vez que este oceano as possui em ambas as margens, principalmente, na margem brasileira com a Amazônia. O problema básico aqui é o dilema entre a preservação e o desenvolvimento, o que já gerou muito romantismo e histeria no trato do assunto questão. Vasconcelos nota que a superação deste dilema veio com a adoção da tese do desenvolvimento sustentado. A realização da Rio-92 teve o mérito de reduzir a tese do “patrimônio da humanidade” a níveis baixos, uma vez que ela trazia consigo a ameaça do dever de ingerência. As implicações de ordem estratégica são entendidas, segundo o contra-almirante Caminha, onde reinam as ações racionadas que interferem na busca dos objetivos. O Atlântico Sul é uma área geográfica de interesse estratégico. Para Caminha esta parte do oceano é um grande vazio de poder. Outro nome citado é o Almirante Emilio Sacchetti, que define área de interesse estratégico é aquela que é suficiente para levar as nações a empregarem a força para consecução de seus interesses, apresentando-se, assim, como palco de antagonismo. O Atlântico Sul está marginalizado estrategicamente por conta de fatores geográficos (grande distância dos polos de poder) e econômicos (pequena participação dos fluxos do comércio internacional). Mas, esta situação só foi plenamente verdadeira até os anos 70, pois em 1975, em Maputo, houve um aumento da presença militar soviética. Ela cresceu ainda mais a partir de 80 por causa da situação criada com a intervenção cubana em Angola e da Namíbia pelos sul-africanos. Nesta ocasião, a URSS buscava os minerais estratégicos, segundo o comandante Cautreau-Béjaire. Por isso, em 1985 houve uma patrulha de submarinos com mísseis de longo alcance. De todo modo, o Atlântico Sul se tornou um fantástico reservatório de matérias primas para as potências ocidentais e uma área de expansão econômica e cultural sem a qual o mundo norteamericano estaria asfixiado. Por esta razão, os EUA mantêm bases nas ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, para o controle do continente antártico, da rota do Cabo entre os EUA e

Santos e das Ilhas Malvinas e Geórgias do Sul. Estes exemplos são sinônimos da importância do Atlântico Sul para as linhas de manutenção marítima, o aproveitamento dos recursos naturais e das vulnerabilidades vindas do mar.

Em 1982 a Conferência da ONU Sobre os Direitos do Mar, na Jamaica, criou as ZEE para a exploração e exploração do mar. Infelizmente, na atualidade, a capacidade militar e econômica dos países sul-americanos é inferior ao que seria considerado necessário para exercer controle efetivo sobre as águas da região. Isto leva a pensar no poder dos países ricos e a sua ingerência política nos países do Terceiro Mundo baseados nos conceitos de: a) deterrência - deve ser exercida em áreas-chave nas quais os EUA apresentam alguma vulnerabilidade quanto ao comércio e matérias primas vitais; deve ser também usada pelos países aliados, como a Coreia do Sul e Israel; b) presença avançada e respostas de crise - ações complementares e interdependentes, que consiste em manter pequenos grupos-tarefa de forças navais próximas às áreas de potencial capacidade de crises. Estas podem operar em conjunto com forças aliadas e grupos de batalha sob o comando de navios-aeródromo em cruzeiros ao longo do planeta; c) reconstituição - é um conceito até e como fruto da necessidade conjuntural então inédito na estrutura militar dos EUA. Significa uma postura preventiva decorrente das incertezas oriundas dos problemas pós-URSS, substituída pela Comunidade de Estados Independentes (CEI), que mantinha a máquina militar anterior. Estes conceitos foram aludidos pelo então presidente dos EUA, George Bush, o Poder Naval tem que se adaptar e estar preparado. É possível que nas próximas décadas, o país tenha que enfrentar uma "força de contingência" atuando em nome da "estabilidade regional" para justificar a sua relutância em se subordinar aos interesses da comunidade internacional. A ideia de que o Atlântico Sul seja uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), poderá não descartar a intromissão norte-americana nos interesses das nações sul-atlânticas. Os esforços dos países através da iniciativa do governo Sarney na ONU em 1982 tiveram ampla adesão, mas os EUA foram o único voto contrário, justificando a sua postura em função do risco às restrições ao livre acesso naval e às atividades marítimas. Vasconcelos cita Caminha ao afirmar que

o documento reflete a postura diplomática brasileira da época, ao mesmo tempo pragmática e idealista. O professor Alberto Mourão também é lembrado ao avaliar o documento como um processo, com grandes possibilidades de vir a se tornar uma figura do Direito Internacional Público, e não uma utopia. O almirante Flores é citado por considerar o documento como “maduro ético-político e útil para ajudar a inibir, ou, pelos menos, não ampliar a presença das superpotências na região e, a longo prazo, incrementar o desenvolvimento”. Hoje, o Atlântico Sul sofre a ameaça da intervenção internacional, sem suficiente capacidade dos documentos e resoluções para evitá-la. No entanto, Vasconcellos acredita que eles poderão servir para reduzir, ou anular, uma possível legitimidade concedida pelo Conselho de Segurança da ONU. Para tanto é necessário considerar o conceito estratégico brasileiro, que passou pelas situações de bipolaridade da Guerra Fria, construiu o Projeto de Fragatas a partir de 1972 em nome da perspectiva de mudanças e adotou o “pragmatismo responsável” a partir de 1974. Atualmente, é preciso considerar o ambiente de multipolaridade, segundo o que foi assinalado por Vidigal, além das novas ameaças e identificar as nossas vulnerabilidades conjugadas ao interesse nacional. O preparo e o emprego naval deverá seguir o caminho da paz, mas este só será mantido se existir uma capacidade dissuasória poderosa o bastante para superar as vulnerabilidades. Deste modo, o emprego do Poder Naval deverá ser conduzido a aumentar tal capacidade adequada ao cumprimento de sua missão. Aqui as operações conjuntas dos países da América do Sul, intensificando a cooperação militar para aumentar a capacidade dissuasória e diminuir o ônus político de cada país individualmente. Por esta razão, a MB é importante que o preparo se oriente pela: qualidade, eficácia, profissionalização, nacionalização do sistema de armas, construção do submarino nuclear e de meios de superfície (como as corvetas) e meios flutuantes específicos. Adotando este procedimento, a MB poderá permitir-se estacionar em tempo prolongado nas áreas onde qualquer tipo de crise ocorra. De um modo geral, o tipo de argumentação dos oficiais sobre os interesses do Brasil no Atlântico Sul é de refletir a disposição do país em manter os princípios da Convenção da ONU e considerar o oceano sul-atlântico como ZPCAS,

entretanto, as transformações da ordem internacional nas últimas décadas faz com que aumente o grau de instabilidade e das expectativas quanto ao futuro. A bipolaridade da Guerra Fria trazia um clima de relativa tranquilidade para o Brasil. Com exceção da intervenção cubano-soviética na África, que provocou um tipo de alerta na região, a ameaça mais provável seria a ação da coalizão socialista no tráfego marítimo através de operações submarinas. A outra alternativa de crise estaria relacionada à Argentina. Isto foi descartado a partir do momento em que ambos os países recusaram a supremacia no domínio nuclear para fins militares e que promoveram maior integração da região com o Paraguai e o Uruguai, originando o Mercosul. Este tipo de associação econômica contribuiria para o aumento do tráfego marítimo regional, estendendo o volume das atribuições do Poder Naval. Com a globalização e a comercialização intrablocos, tal o volume tenderia a ser maior ainda.

A Integração Regional: o Cone Sul da América do Sul

Para o capitão-de-mar-e-guerra Carlos da Silva Moreira (1995) a emergência do Mercosul é um esforço dos países do Cone Sul para integrar, aumentando o intercâmbio com vistas a torná-lo um empreendimento bem sucedido. Nesta medida, o Poder Marítimo e o Poder Naval terão uma atuação relevante ao longo do tempo. Ele entende que a globalização é ainda um processo indefinido no qual o Brasil e seus vizinhos, vão procurando desenvolver seu processo de integração. Esta situação é descrita pelo oficial como sendo a da "orquestra de um único regente", que a dirige, mas, marca o compasso com os pés nos bastidores. Nela, os naipes afinam seus instrumentos fazendo seus melhores acordes, mas dissimulando seus medos para o futuro. O mercado global é uma questão de sobrevivência, onde se delineiam riscos e ameaças, embora haja uma grande revolução nas comunicações, o novo papel dos empresários ao buscar novos espaços de atuação e o novo papel do governo, balizando a economia. Com isso, estamos longe do Fim da História de Fukuyama, apesar do afastamento do apocalipse nuclear. Porém, não significa dizer que a situação seja tranquila. As ameaças que se apresentam são, dentre outras: nacionalismo radical,

problemas étnicos, disputas territoriais, conflitos regionais, pan-arabismo, antissemitismo, superterrorismo, aumento da fome e pobreza. O capitão Moreira cita Vidigal ao conceber o mundo pós-Guerra Fria, que evoluiu da alta confrontação e baixa instabilidade para a baixa confrontação e a alta instabilidade. A expectativa dos países em desenvolvimento no cenário de incertezas é tentar vencer o abismo entre os países ricos e pobres e o curso da política econômica internacional dada a atuação dos órgãos de comércio e finanças. Por isso, os reflexos para o Brasil envolvem, a busca do fortalecimento do sistema internacional e os destinos do Mercosul, ao possibilitar o desenvolvimento das nossas indústrias, o nosso poder de barganha diante dos outros blocos econômicos e a maior integração dos países da região. Dentro desta realidade, a missão das FFAA envolve riscos e oportunidades. Elas devem cumprir a sua missão constitucional com ênfase nas missões de paz e na dissuasão, cooperando para a integração regional. O Poder Naval deve minimizar o uso da força, enfatizar a dissuasão e promover: o desenvolvimento da consciência marítima, a capacidade de defesa, a capacitação da construção naval nacional, as operações conjuntas com os países do Mercosul, o engajamento nas forças de paz e alcançar o efetivo controle da ZEE.

As possibilidades proporcionadas pelo Mercosul ao Brasil através da projeção de seus interesses internacionais foram também salientadas pelo capitão-de-mar-e-guerra Gabriel José Colmenero Lopes (2000). A seu ver esta é uma grande oportunidade que deve ser aproveitada como desenvolvimento da Marinha Mercante e do setor de construção e reparos navais. O Brasil precisa tirar proveito desta situação para ampliar suas pretensões econômicas no comércio internacional. Isto pode ser dinamizado mais ainda com a efetivação da possibilidade da formação de um bloco econômico promovido entre o Mercosul e a União Europeia. Tal medida viria a contribuir para diminuir a influência dos EUA e as suas pretensões hegemônicas com a criação da Alca. Após um período de consolidação e otimismo, seguido de uma fase problemática, cheia de turbulências entre o Brasil e a Argentina, em junho de 2000 houve o que foi chamado de "relançamento do Mercosul" a partir das concessões feitas pelo Brasil em Buenos Aires. O comandante Lopes vê como parceiros fundamentais esses dois países, já que a Bolívia e o Paraguai participam secundariamente e possuem graves dificuldades econômicas.

O Uruguai tenta tirar alguma vantagem das disputas entre Brasília e Buenos Aires, assumindo uma posição bastante flexível. Nesta situação, outros países, como o Chile e o México, mantêm entendimentos com o bloco e discutem as propostas de sua ampliação. Em termos político-estratégicos, Lopes assinala que a maior ameaça seria a desintegração do Mercosul, trazendo instabilidade e impossibilitando que a região possa adquirir projeção internacional. Outras ameaças de origem transnacional à região são consideradas, como o narcotráfico, o contrabando de armas, a situação dos índios e movimentação de grupos terroristas e guerrilheiros. Estas ameaças poderão justificar a redução da soberania dos países sul-americanos da parte dos países-potência dos outros lugares. Além das sanções econômicas promovidas pela formação coesa dos países do Mercosul, Lopes aponta para a dissuasão militar de forma coletiva, por Forças com um dado grau de credibilidade. Estas seriam responsáveis pela segurança das áreas interoceânicas para o oriente e para o ocidente. O quadro se completa com apoio de Forças Terrestres e Aéreas, combinado com um eficiente sistema de vigilância eletrônica e de comunicação. As pretensões de Brasil de conquistar um assento no Conselho de Segurança da ONU e da Argentina ao buscar uma parceria especial com a OTAN, confirmam as condições de ampliação dos interesses dos principais promotores do Mercosul. Para isto contribuiria também as participações nas missões de paz da OEA e da ONU. Elas são um dos compromissos vistos como cada vez mais constantes para as Forças da região, ajudando, assim, no preparo militar. Por isso, o intercâmbio e as operações conjuntas entre elas ampliam as suas qualificações, mesmo num contexto adverso, onde os gastos militares são contidos pelas dificuldades econômicas existentes.

A Antártida e os Interesses Brasileiros

A Antártida é uma área considerada estratégica para os interesses brasileiros por causa da sua importância como área internacional para pesquisa de recursos minerais, naturais, meio-ambiente e clima, além de sua localização geográfica no extremo sul do planeta. Esta é uma região que, historicamente, tem sido

alvo da cobiça internacional desde o século XVII. Hoje em dia, é a pesquisa científica que impulsiona a ação dos países no continente, de acordo com o Tratado da Antártida, criado em Washington em 1959 e assinado em 1961. O Brasil assinou o Tratado em 1975, que foi prorrogado até 2041. Ao ver do capitão-de-mar-e-guerra Sérgio Caetano de Barros (1988) a pesquisa científica funciona como um manto que esconde interesses econômicos e militares dos países. Assim, o Sistema do Tratado Antártico (SCAR) encaminha a sua atuação de modo intenso para tratar do problema do aproveitamento dos recursos da região. O desenvolvimento tecnológico correspondente a este aproveitamento permite que haja melhores condições para que os países pleiteiem os seus interesses. Isto deve ter ficado mais claro a partir da Convenção para a Renegociação para a Exploração Mineral em junho de 1988.

Os interesses do Brasil na Antártida são: políticos – a possibilidade de haver instabilidade regional decorrente dos problemas reivindicatórios dos países envolvidos; científicos – a singularidade da região, por ser um grande laboratório natural para o estudo do clima, da fauna e da flora marítima; estratégicos – a posição privilegiada por causa da confluência de três oceanos, mais os Estreitos de Drake, de Magalhães e o Cabo da Boa Esperança. Tais interesses estão consignados na Política Nacional para os Assuntos Antárticos (POLANTAR) de 1987. O envolvimento do Brasil iniciou-se a partir de 1956 com os artigos de Therezinha de Castro na Revista do Clube Militar, como a preparação para o primeiro acordo geral (AG-I) naquele ano. Várias ações e eventos foram realizados pelo governo: em 1982 foi criada a Comissão para os Assuntos Antárticos em 1982 e a criação da Comissão para os Assuntos do Mar, que gerou em 1983 o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). A MB participou ativamente deste processo e enviou, em 1984 os navios *Barão de Tefé* e *Professor Besnard*, este pertencente à Universidade de São Paulo (USP). No mesmo ano foi instalada, na Ilha Rei George, a Base *Comandante Ferraz*, contando com a participação de militares e civis brasileiros. No início, foram construídos oito módulos, feitos para seis militares e seis civis. Atualmente, existem sessenta e três módulos funcionando durante todo o ano, que podem abrigar até quarenta pessoas. O navio da MB

Ary Rongel presta serviço de transporte, assim como os aviões da Força Aérea Brasileira. A Antártida tem 14 milhões de quilômetros quadrados, compartilhados por vários países da comunidade internacional. Naquele mesmo ano a Comissão Nacional de Pesquisa Antártica (CNPA), pertencente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tornou-se o comitê oficial brasileiro diante do SCAR. O CNPq passou a controlar o PROANTAR a partir de 1991. Entretanto, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar conta com a presença ativa da MB. A corporação tem uma posição de destaque por causa do empreendimento realizado na criação do PROANTAR e no apoio logístico aos pesquisadores, assim como nos subprogramas de educação e treinamento, formação, capacitação de pessoal e na cooperação internacional. Isto ajuda a adquirir experiência para a adaptação às condições severas do clima frio e mantém ativa a participação brasileira neste setor do plano internacional. De todo modo, o capitão Barros vê com cautela algumas questões referentes à região. O Tratado da Antártida possui características ímpares no Direito Internacional e apresenta fragilidades, tais como a persistência de reivindicações de soberania de alguns países, as pressões do Terceiro Mundo contra o "exclusivismo" implantado pelos mais ricos, o início das explorações dos recursos minerais da região e o desejo de aplicação da regras da Terceira Conferência para o Direito do Mar na região antártica. Houve um "congelamento" das reivindicações territoriais em função das acomodações políticas para a assinatura do Tratado da Antártida, mas, o ponto nevrálgico seria a exploração dos recursos minerais da região, podendo criar uma revisão do Tratado por causa dos interesses econômicos. A seu ver, o Brasil manteve uma estratégia correta, pois os resultados foram considerados positivos. O PROANTAR foi montado realística e gradualmente, de modo coerente com as nossas limitações nos campos científico e econômico. Por isso, a presença do país deve ser mantida em função das potencialidades da região.

O capitão-de-mar-e-guerra Armando Augusto Martins (1989) enfatizou o valor estratégico da Antártida, embora o Atlântico Sul seja visto como área secundária para os interesses dos países do bloco ocidental. Porém, cabe ao Brasil o reforço da cooperação e solidariedade hemisférica para aplicar uma "estratégia de forças" condizente com seus interesses. O comandante Martins vê a Operação

UNITAS como o grande exemplo a ser incentivado. A importância do Poder Marítimo e a chamada “consciência de maritimidade” foram aludidas por Maham, na qual os Estados Unidos se baseiam para agir diante dos outros países, especialmente nos tempos da rivalidade com os soviéticos, se prolongando até a década de 80 na disputa pelo domínio nuclear. A partir daí, passou a ser a tônica, a deterrência, que visava conter o poderio soviético em nível mais violento com o uso dos submarinos nucleares, tônica. Isto fez com que a Marinha dos EUA e as demais Forças reagissem e pudessem criar condições para a realização de uma guerra que fosse, segundo o presidente Reagan: global, convencional e prolongada. O Atlântico Sul é importante para os Estados Unidos por sua localização estratégica, mais do que por seu valor econômico. A OTAN se responsabiliza pela segurança até o Trópico de Câncer. Contudo, Martins argumenta que não se pode negar a importância dos seus mares para a comunicação e o tráfego marítimo. Os próprios Estados Unidos se interessam pelos produtos que passam pela Rota do Cabo (matérias-primas, petróleo, minerais estratégicos e alimentos). Este país prestou atenção à possibilidade do soerguimento soviético após a Perestroika e a Glasnost, entendido por Martins como uma estratégia para ganhar tempo e disputar a supremacia mundial com os norte-americanos. Para manter sua influência, os Estados Unidos fazem um esforço de reaproximação após os ressentimentos gerados por seu apoio à Inglaterra na Guerra das Malvinas. No caso do Brasil, os canais estão abertos, no campo militar, pelas operações e exercícios bilaterais, como o FLEETEX, a UNITAS e o OCEAN VENTURE. Por isso, é um engano pensar que os norte-americanos não dão importância à UNITAS, como instrumento de política externa e possibilidade de atendimento de sua estratégia global. Isto justifica porque a MB deve seguir o grande exemplo da OTAN e da USNAVY em especial. Não é demais lembrar que na Segunda Guerra Mundial, as duas Marinhas trabalharam juntas, com o Brasil fazendo o serviço de escolta e apoio. Hoje em dia, a UNITAS é o grande veículo para a integração entre ambas. Assim, há três objetivos político-estratégicos no Atlântico Sul a serem perseguidos pelos brasileiros: a manutenção, proteção e controle do tráfego marítimo, a manutenção da paz e da estabilidade da região e por fim, a defesa da soberania dos países costeiros.

Não é demais lembrar que, dos vinte e cinco países banhados pelo Atlântico Sul, somente três deles possuem Marinhas de relevo regional: Brasil, Argentina e África do Sul. Daí é importante que a estratégia brasileira manifeste adequadamente os interesses nacionais na região antártica.

Insistindo no valor estratégico da região antártica para o Brasil, o capitão-de-mar-e-guerra Delcio Machado de Lima (1991) enfatizou também o fator econômico, político, científico e ambiental como essenciais para a consecução dos objetivos dos países. O Brasil reúne algumas condições favoráveis, tais como: a proximidade com a Antártida, a contiguidade desta com a América do Sul, as linhas de comunicação marítima (Rota do Cabo), a influência sobre o clima do país e a capacidade do país de atuar fora das fronteiras nacionais. As perspectivas nacionais nesta região se referem à exploração de recursos naturais, não-militarização do continente, a manutenção da paz e da cooperação internacional e o apoio e fortalecimento do Sistema de Tratado Antártico. Cabe à MB ajudar a efetivar os objetivos da POLANTAR e a promover maior responsabilidade do país com o PROANTAR.

A resposta do capitão-de-mar-e-guerra Fernando Marinho Mattos (1992) em relação aos interesses nacionais na região difere um pouco dos seus antecessores por caracterizar mais especificamente a atuação propriamente militar-naval na Antártida a partir de seu valor estratégico. Com a possibilidade da posse do submarino nuclear pelo Brasil, a pesquisa oceanográfica, principalmente a acústica submarina, é um conhecimento importante a ser valorizado. Outros conhecimentos relacionados com a oceanografia biológica e geológica, da geofísica marinha e do clima relacionando os oceanos à atmosfera e à terra, são vistos por este oficial como muito valiosos para a eficaz utilização das águas austrais. A atuação da MB poderá ser na área subantártica, em proximidade de algumas ilhas próximas da Rota do Cabo. Mas, o problema é que elas têm sido alvo da cobiça de alguns países através de crescentes manifestações militares. Outro agravante é a situação mundial pós-91, que trouxe a fragmentação do Leste Europeu, o fundamentalismo islâmico, os novos conflitos regionais etc. Também para o comandante Mattos, o que caberia ao Brasil considerar os aspectos levantados por seu colega, conforme dito anteriormente (Lima, 1991).

O comandante Aloisio Marques da Cunha (1997) corrobora as abordagens anteriores em relação aos objetivos e perspectivas nacionais na Antártida. Ele faz uma retrospectiva histórica extensa onde ressalta o fato de que o Brasil apresentou protesto por não ter sido convidado para a Conferência de Washington, em 1959. Isto gerou uma disposição política no país, que resultou no esforço de seu reconhecimento na comunidade internacional. A tentativa foi bem sucedida a ponto do país aderir ao Tratado em 1975 e ser aceito como membro consultivo em 1983. Ao longo do tempo, o relacionamento entre os países na questão da Antártida evoluiu do predomínio da mentalidade político-militar, para um novo delineamento de um desenvolvimento ecologicamente sustentado no atual contexto de globalização. A partir de então, a perspectiva político-econômica passou a ganhar proeminência. A tradição científica marítima brasileira credenciou o país para o Conselho Consultivo através da participação da MB no Ano Geofísico Internacional, 1957-1958, na ocupação da ilha de Trindade, na pesquisa oceanográfica do triângulo Cabo Frio-Trindade-Abrolhos para a exploração pesqueira e na pesquisa oceano-meteorologia entre Cabo Frio e Chuí. Outra peculiaridade da abordagem de Cunha é admitir que a corrida espacial entre as superpotências tirou parte da importância da Antártida no cenário mundial, mas a sua valorização se pautou por duas teses distintas ao longo do tempo: a tese territorialista – busca a anexação territorial para a pesquisa científica e o investimento econômico. O Brasil não se alinha a esta posição; a tese internacionalista – busca atrair a região comum de atuação da Carta da ONU, negando ou neutralizando o Tratado da Antártida. Nosso país também não se alinha a esta posição, pois respeita e defende a adesão ao Tratado e seu sistema jurídico. Cunha assinala que a internacionalização proposta é restritiva e desfavorável, correndo o risco de se transformar em um “condomínio de poderosos”. A postura da tese territorialista é também inaceitável porque inibe a participação da comunidade internacional. Assim, é necessário que haja uma superação das perspectivas no cenário internacional, atualizando as teses de ocupação e exploração da Antártida. A seu ver, as letras no papel podem não garantir uma zona de neutralidade e paz, embora sejam do amparo legal para tratar das questões da

ocupação do território e dos mares antárticos. O Tratado da Antártida foi uma solução excludente à internacionalização e uma solução conciliatória por causa das diferentes reivindicações territoriais, o que permitiu instituir uma situação de cooperação compartilhada em nome do desenvolvimento sustentado. Neste sentido, as tarefas do Poder Marítimo e do Poder Naval brasileiro devem ser desenvolvidas considerando os interesses nacionais e as peculiaridades da chamada "nova ordem internacional", que se pauta pela formação dos megablocos que proporcionam a integração entre os países para além das fronteiras geofísicas, e pelas mudanças de paradigmas em nome das transformações tecnológicas e da evolução do poder aeroespacial.

Visões Argentinas Sobre o Brasil na Antártida

É interessante notar a percepção Argentina a respeito da postura brasileira sobre a Antártida, pois, de maneira geral, a declaração do Atlântico Sul como ZPCAS foi importante para a garantia de que a situação na Antártida permaneça longe da preocupação militar. Isto não impede de levar em conta os interesses de vários países nas suas riquezas a partir da região subantártica. A Argentina tem uma relação historicamente estabelecida de maneira bem mais ampla que o Brasil, por razões geográficas, econômicas e político-estratégicas desde o século XIX a partir da exploração da corveta *Uruguay*. Basta dizer que a pesca e a exploração petrolífera Argentina na ZEE, estão em parte situadas nessa região. Também não é demasiado lembrar que a localização das Malvinas e Geórgias do Sul, palco de ações bélicas em confronto com a Grã-Bretanha. Portanto, para o país sul-americano a presença e a exploração da Antártida são muito mais significativas e efetivas que o Brasil. Os argentinos possuem várias bases na região antártica, como *Esperanza, Marambio, Orçadas, General San Martín, General Belgrano*. O crescimento da presença internacional na região cresceu ao longo das últimas décadas, o que implica em algumas mudanças importantes; na Argentina, a nova política antártica, elaborada em 1990, dá prioridade à pesca, ao uso de novas tecnologias, prestação de serviços, proteção ambiental, segurança e cooperação internacional (Raimondi, 1991).

Dentro desse quadro, existe uma aceitação da legitimidade da presença brasileira na Antártida. Entretanto, há um aspecto que é notável, por conta da curiosidade: a tese da defrontação, apresentada por Therezinha de Castro para justificar os interesses brasileiros em participar do Tratado de Washington. Sem qualquer tradição do nosso país na região, o uso de tal tese foi considerado "original", por reparti-la de acordo com a projeção dos países sul-americanos, inclusive os do norte do subcontinente (Casella, 1981). De certa forma, o pleito brasileiro pode ser visto com alguma desconfiança pelos argentinos, pois o Brasil manifestaria, assim, pretensões expansionistas, estabelecendo uma competição com a Argentina, realizada dentro de um contexto de rivalidades históricas no âmbito regional. Com a aproximação mais coesa entre Brasília e Buenos Aires a partir dos anos 70 e a criação do Mercosul nos anos 80, a cooperação militar e científico-tecnológica entre ambos os países, possibilitou que o Brasil pudesse implementar a sua própria base na Antártida. Sem o apoio da Argentina, tal fato seria praticamente impossível de ser realizado.

A presença das potências políticas e econômicas da Europa e da América do Norte, é mais determinante para a Argentina que para o Brasil, por conta do seu protagonismo no contexto internacional relacionado à Antártida. Isto também está relacionado à experiência da Guerra das Malvinas, que possui uma problematização fundamental para a maritimidade Argentina e a missão de sua Armada. Neste sentido, os exercícios militares-navais com os países do continente contam com a valorização da Argentina. Do mesmo modo, valoriza-se a manutenção da situação vigente, com a vigência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), da ZPCAS, sem, contudo, pretender chegar à criação de uma aliança militar regional (De Vitta, 1994).

Como se sabe, dentre os países sul-americanos, a presença mais sensível para a Argentina, é a presença do Chile, por razões históricas relacionadas às disputas territoriais nos Andes e em Beagle. Por esta razão, a fixação da Antártida como área de fins pacíficos, desterritorializada, livre para investigação científica, sem atividades nucleares e pretensões de soberania estatal, é uma condição fundamental para a manutenção dos interesses argentinos. O futuro da Antártida está intimamente relacionado ao destino da ZPCAS por causa do seu valor estratégico, ecológico, científico e econômico. Com a associação do Chile ao Mercosul também não há maiores riscos de restrição aos interesses específicos da nação Argentina. As definições e indefinições do sistema internacional é que implicam na determinação do que fazer adiante com os recursos antárticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO , *Os Interesses Marítimos Brasileiros e a III Conferência Sobre os Direitos do Mar*, EGN, 1985, digit.

BARROS, Sérgio, C. de, *A Antártica e os Interesses Brasileiros*, EGN, 1988, digit .

CAMINHA, João Carlos. , *Delineamentos de Estratégia*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

CASELLA, Antártida: un malabarismo político, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales,1981.

CUNHA, Aloisio M. da, *A Importância Estratégica dos Mares Antárticos para o Brasil* ,

EGN, 1997, digit.

DE VITTA, A., *Malvinas: cómo y porqué*, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales,1994.

LIMA, Delcio M. de, *O Oceano Atlântico e Seu Valor Para o Brasil*, EGN, 1991, digit.

LOPES, Gabriel C. , *Mercosul* , EGN, 2000, digit.

MARTINS, Armando A ., *A Antártica e os Interesses Brasileiros*, EGN, 1989, digit .

MATTOS , Fernando M., *O Oceano Atlântico e Seu Valor Para o Brasil* , EGN, 1992, digit

MOREIRA , Carlos A . da S. , *A Integração do Cone Sul da América do Sul*, EGN, 1995, digit.

PIASTRO, Danilo P. , *O Atlântico Sul : uma das Razões do Poder Naval Brasileiro* , EGN, 1991, digit.

RAIMONDI, C. H., *Hacia una Argentina Marítima*, Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1991.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho, *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil*, IFCH-

UNICAMP, 2002, digit.

VASCONCELLOS, Carlos Alberto B., *O Atlântico Sul e a Ordem Internacional*, EGN, 1992, digit.

VIDIGAL, Armando A. , Apontamentos de Estratégia Naval " in" *Revista Marítima Brasileira*, 3T 1998.

RECEBIDO - 17/10/2013
APROVADO - 07/04/2014